

“Minha perna é minha classe”

Otto Filgueiras*

O líder camponês Manoel Conceição Santos, do Maranhão, vai completar 74 anos de vida e de luta em 24 de julho de 2009. Há 41 anos ele foi vítima de repressão da polícia do então governador José Sarney (Arena), o partido da ditadura, e teve parte da perna direita amputada. Na época, Sarney enviou um emissário oferecendo vantagens materiais para que Manoel Conceição silenciasses. A recusa a oferta veio na frase "minha perna é minha classe" e foi manchete no jornal Libertação, órgão oficial da organização clandestina de esquerda Ação Popular, da qual o camponês era militante.

Manoel Conceição nunca foi indenizado pela mutilação da perna e pelas atrocidades que sofreu nas torturas em inúmeras prisões durante a ditadura. Por conta disso, desde 22 de fevereiro de 2007, o seu advogado Luiz Carlos Moro processa a União por danos morais e materiais sofridos por Manoel em decorrência de tortura, constrangimentos e crueldades impostos pelo Estado brasileiro, sob regime militar. A ação está na sua fase final, já foram apresentadas todas as provas materiais da tortura a que Conceição foi submetido e em setembro do ano passado o juiz ouviu suas testemunhas, entre elas Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, que foi um dos principais dirigentes da Ação Popular.

Os advogados da União não contestam as torturas contra Manoel Conceição, mas alegam falta de interesse processual da ação porque os fatos aconteceram há mais de 40 anos e por ele já ter recebido R\$ 100 mil da Comissão da Anistia. O advogado Luiz Carlos Moro rebateu os argumentos demonstrando que o processo administrativo na Comissão Anistia concedeu a Manoel Conceição apenas uma reparação simbólica pela perseguição política durante a ditadura e não por conta das torturas e mutilação do seu corpo.

Em 08 de janeiro de 2009 o juiz da Décima Vara Cível da Justiça anunciou que está com os autos do processo de Manoel Conceição contra a União para dar a sentença. E, com certeza, o magistrado levará em conta que Manoel Conceição não foi vítima de nenhuma das enfermidades que assolam muitas das crianças pelos sertões do Brasil. Mas traz no caminhar o cansaço de um corpo machucado por instrumentos de torturas, a marca de uma perna mecânica e inúmeras seqüelas decorrentes de tortura sofrida. Sua firmeza moral lhe impôs como consequência, a fragilidade física, sérios problemas de saúde e agora até a cegueira parcial nos olhos por causa de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) nos anos mais recentes. Coisa menor, que atrapalha, mas não fará com que desista da caminhada pelo socialismo.

Afinal, esse sertanejo entroncado de 1,60 metro, cuja rudeza aparente esconde branduras como a de conversar com as plantas, costuma dizer que vai completar não 74, mas 148 anos de vida. Camponês de descendência negra, mostrada pelos fios grossos e crespos

* Otto Filgueiras é jornalista e está preparando um livro de dois volumes sobre a organização de esquerda Ação Popular.

NR- Este texto é uma versão atualizada da que foi publicada em 2005 nos sítios da Ação Popular Socialista e da Carta Maior.

dos cabelos e do bigode, Manoel conta os dias e noites de cada ano. E com toda a razão, porque, até hoje, desde que nasceu em 24 de julho de 1935, os dias e noites de Conceição foram vividos em dobro e dedicados à luta contra a opressão do latifúndio e do capitalismo, e sempre se batendo pela reforma agrária, as liberdades democráticas e o socialismo.

Por conta disso Manoel Conceição foi perseguido, inúmeras vezes preso e barbaramente torturado dentro das masmorras da ditadura implantada no Brasil pelo golpe civil militar de 1964. Lembro-me que desde 1969, quando comecei a militar na organização de esquerda Ação Popular (AP), contavam-se histórias e se cantarolavam músicas sobre a fibra de um camponês, dirigente da AP, que liderava sua gente no interior do Maranhão nas peijas contra a ditadura, os latifundiários e a burguesia. Eram fascinantes os relatos sobre o líder camponês que teve a perna amputada por causa de um tiro de espingarda dado pela polícia do então governador do Maranhão, José Sarney, hoje presidente do Congresso Nacional, senador pelo PMDB e aliado do governo de centro direita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No livro que estou preparando há oito anos sobre a Ação Popular, seus dirigentes e militantes, ele é um dos principais personagens. Nas pesquisas documentais e entrevistas que realizei para o livro, inclusive com o próprio Manoel Conceição, constatei que esse pequeno grande homem vem de um tempo e começou a lutar quando o Brasil era principalmente rural, o povo da roça vivia com os bichos no mato e morria de morte anônima e animal. Uns devorados por lombrigas, malária, febre amarela e diversas doenças tropicais; outros assassinados pelos jagunços dos latifundiários, senhores de terra, de gado e de gente que controlavam o poder à bala.

No Maranhão os pobres do campo eram explorados pelos herdeiros de antigos escravocratas que enriqueceram a custa do trabalho persistente e barato do negro escravo. Lá no povoado de Pirapema, município de Coroatá, no leste maranhense, onde seus pais – Antônio Raimundo dos Santos e Maria Leoteria Frazão Santos – possuíam uma pequena gleba de terra recebida em herança, Manoel Conceição nasceu e cresceu enfrentando a injustiça, a violência e vendo a morte de frente. Ali, ele e mais cinco irmãos aprenderam com os pais a domar a terra com as mãos, a produzir arroz, mandioca, feijão e verduras apenas com enxada e facão. Nunca sentou num banco de escola, e só conheceu a leitura já moço, numa carta do ABC e depois na Bíblia, quando era crente da Assembléia de Deus. Por isso, outras lições da juventude foram tiradas do livro do mundo, com capítulos e mais capítulos de violência contra os trabalhadores do campo.

Aos 20 anos, com o pai e outros agricultores, Manoel Conceição foi expulso de suas terras pela polícia, a mando de certa Margarida Soares, que afirmava serem dela as propriedades, por usucapião. Foram parar em terras devolutas do Estado, no lugarejo de Santa Luzia, município de Bacabal, onde já estavam outros lavradores há mais de duas décadas. “A violência veio atrás”, recorda Conceição. “O latifundiário e grileiro Manacé Alves de Castro, filho de Raimundo Alves de Castro, delegado de polícia do município, resolveu tomar as terras de nós”.

Os agricultores estavam reunidos no povoado de Copaíba dos Mesquitas, quando Manacé chegou com 20 jagunços atirando. “Mataram cinco camponeses na hora. Uma velhinha pediu ajoelhada para não matarem seu filho, já estirado na terra; em resposta, enfiaram uma peixeira em suas costas. Um menino de três anos, em prantos por ter visto

o pai morrer, foi agarrado pelos cabelos por um jagunço e arremessado numa parede, onde sua cabeça espatifou-se e seus miolos espalharam-se por cima do corpo do pai morto no chão”.

Ferido na perna esquerda por tiro de espingarda, Conceição escapou por pouco, mas naquele instante jurou dedicar sua vida à luta contra o latifúndio. Voltou para Pirapema, fundou a Associação Rural, juntou 180 famílias de lavradores e partiu para recuperar as pequenas glebas tomadas. Foi outro confronto. “Margarida Soares mandou um tenente e 28 soldados, que atiraram nos trabalhadores e mataram oito. Mas, dessa vez, o povo se defendeu e deixou o tenente e um soldado estirados no chão”.

Para fugir da perseguição, Conceição foi para Pindaré-Mirim (MA), onde continuou observando as lições no livro do mundo, mas agora também aprendendo os ensinamentos no mundo dos livros. Num curso que fez sobre sindicalismo rural no Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja Católica e reconhecido pelo então presidente da República, João Goulart, ele tomou consciência que para enfrentar a exploração e a violência do latifúndio era preciso acabar com o analfabetismo, educar e organizar os trabalhadores.

Em agosto de 1963, junto com o camponês Antônio Lisboa ele fundou, em Pindaré-Mirim, o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão.

Na época, a população brasileira somava 60 milhões de habitantes, dos quais 38 milhões viviam vida miserável na zona rural. Por isso, Manoel Conceição lutava junto com aquele Brasil que fazia as Reformas de Base, a estatização das Refinarias de Petróleo e a Reforma Agrária. Era o tempo das Ligas Camponesas, dos sindicatos rurais e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), impulsionados pelas greves operárias de São Paulo, dos petroleiros da Bahia e dos mineiros em Nova Lima. Tempos da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC), formadas por uma geração de jovens generosos e sonhadores que vislumbravam um país sem fome, sem miséria, sem opressores e oprimidos e que lutavam pela construção de uma sociedade socialista.

Jovens católicos e protestantes, alguns sem religião, políticos progressistas, militantes operários e camponeses, que fundaram em 1963, num congresso realizado em Salvador (BA), a organização política de esquerda Ação Popular (AP), na qual Manoel Conceição se engajou algum tempo depois, convidado pelo militante Rui Frazão.

Mas o Brasil da democracia que precisava mudar, não mudou. Foi golpeado pelos capitalistas e latifundiários, com ajuda do governo norte-americano. O presidente João Goulart foi deposto no dia 31 de março de 1964 por um golpe civil-militar. O poder é assumido à força pelos militares golpistas que instauram um regime militar que vai durar 20 anos, acabando com a democracia, retirando do povo o direito de votar nos seus governantes, dissolvendo partidos políticos, cassando mandatos de parlamentares, governadores e prefeitos, fechando sindicatos, perseguindo e prendendo sindicalistas, operários, camponeses, estudantes, padres, artistas, jornalistas, torturando e matando cidadãos. Com o golpe civil militar de 1964 e os sindicatos fechados, muitos lavradores foram presos, entre os quais Manoel Conceição, que foi parar cinco vezes na cadeia de Pindaré, até que fugiu e caiu no mundo.

Em 1966, depois que o atual senador José Sarney foi eleito governador do Maranhão pela UDN, Conceição voltou a Pindaré, porque na época, Sarney e o prefeito José Antônio Haikel prometeram fazer uma lei obrigando os donos de gado a cercarem a área de suas criações para evitar que os animais invadissem as glebas dos pequenos agricultores e destruíssem suas plantações. Mas, ao invés disso, conta Conceição, “Sarney e o prefeito fixaram uma área específica para a criação de gado, sem exigência de cercas. Como os animais não leram a lei, invadiam as roças e destruíram as plantações”. Os agricultores revidaram, matando as reses.

Em 13 de julho de 1968, durante uma reunião na sub-sede do sindicato, em Anajá, região de Pindaré-Mirim, policiais chegaram atirando, Conceição foi ferido a bala na perna direita e novamente preso. Depois de seis dias na cadeia, sem tratamento, parte da perna gangrenou e teve que ser amputada.

Na época, José Sarney lhe ofereceu vantagens materiais para que silenciasse, mas Conceição recusou e respondeu ao governador com uma frase que ficou famosa: "Minha perna é minha classe" e estampada na capa do jornal Libertação, órgão oficial da Ação Popular.

Para reiniciar a caminhada, Manoel Conceição contou com apoio dos camponeses e dos seus companheiros da Ação Popular (AP) – organização política de esquerda dirigida na época por Duarte Pacheco Pereira, Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright e Aldo Arantes, entre outros. A AP angariou recursos que garantiram o tratamento da perna e a colocação de uma prótese mecânica, em São Paulo.

Depois que voltou a andar, Conceição retornou a Pindaré, onde os sindicatos estavam fechados, muitas pessoas perseguidas e outras presas pelo Exército. Ainda assim, ele e sua gente junto com os companheiros da AP reorganizaram as entidades, ocuparam as terras tomadas por grileiros e criaram várias cooperativas para eliminar os intermediários que ficavam com todo o lucro na compra da produção e na venda dos equipamentos para trabalhar a terra.

Viagem a China

Em 1969 ele participou de uma delegação da AP que visitou a República da China. A delegação foi chefiada por Paulo Stuart Wright, Rui Frazão e integrada também por Maria José Jaime, o operário José Barbosa e outros militantes que foram conhecer a experiência socialista chinesa e fazer um curso político militar na Escola de Nanquim, quando governo chinês mandou fazer uma nova perna mecânica para Manoel Conceição.

De volta ao país no início da década de 1970, Manoel Conceição encontrou um Brasil ainda mais oprimido pelo governo militar, que intensificou a repressão contra os trabalhadores, inclusive na região de Pindaré-Mirim, onde centenas de pessoas foram presas. Ainda assim ele continuou a luta e agora participando da preparação da Guerra Popular Prolongada para derrubar a ditadura e implantar um governo democrático e popular na transição para o socialismo, bandeiras incorporadas pela Ação Popular com base na experiência chinesa.

No início de 1971, Manoel Conceição viajou clandestino para São Paulo, onde participou da Terceira Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, quando foi oficializada a mudança de nome da organização para Ação Popular Marxista do Brasil (APML), aprovado o seu estatuto e o Programa Básico. Junto com Jair Ferreira de Sá,

Duarte Brasil Iago Pacheco Pereira, Paulo Stuart Wright, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rabelo, Rui Frazão, entre outros, Manoel Conceição foi eleito para o Comitê Central da APML.

No final daquele mesmo ano ele participou da primeira reunião da direção nacional da Ação Popular realizada numa fazenda em Campina Grande, na Paraíba, quando a ampla maioria do Comitê Central aprovou a resolução de fusão da APML com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), contra os votos de Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright e do próprio Manoel Conceição.

De volta ao Maranhão ele continuou a luta até ser preso no dia dois de janeiro de 1972 em Trufilândia, região de Pindaré, quando o levaram para o Departamento de Ordem Política e Social (Deops) – polícia política estadual – de São Luís (MA). Em um mês de cadeia recebeu visitas de padres e foi entrevistado por um jornal, mas em 24 de fevereiro foi seqüestrado por agentes do temido DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna).

Conceição só soube do seu destino quando o avião em que fora embarcado pousou no Rio de Janeiro. Ali, foi entregue ao Comando do I Exército e levado para o quartel da PE, no bairro da Tijuca. Nesse local, subtraíram-lhe a perna mecânica para, depois, nu, colocarem-no dentro de um cubículo dito “cela geladeira”, onde sobreviveu a pão e água. Com base no depoimento do próprio Manoel Conceição, e nas provas documentais, o seu advogado Luiz Carlos Moro descreve nos autos do processo os detalhes das torturas:

“Defecava e urinava na própria cela, a qual permaneceu sem qualquer limpeza. Por mais que tentasse manter os excrementos confinados a um canto da sua cela, durante o inexorável sono era impossível evitar o contato com as fezes e a urina, numa cela de um pouco mais de um metro quadrado”.

“De lá foi retirado, imundo, e levado a uma sala em que foi posto sobre uma cadeira de ferro – intitulada pelos agressores como “cadeira do dragão”. Esse instrumento de tortura tinha assento vazado e espaldar alto, todo em aço, além de cintas de couro para prender os pulsos do torturado e uma espécie de trava para imobilizar as pernas. A cadeira elevava ao limite máximo a potência dos choques aplicados à vítima”.

“Nessa posição, recebia choques elétricos que eram absorvidos pelo corpo com pouco mais de metro e meio de altura. Magérrimo e fraco era agredido a golpes de cassetete, às vezes invertido, na posição própria do dito “pau de arara”. Lá, se metáfora alguma coubesse, o trabalhador poderia dizer que sentiu na pele as fagulhas do fogo do inferno”.

“Quando decidiam pelo fim daquela modalidade de tortura, retiravam-no da “cadeira do dragão”, o que os liberava para o franco espancamento. Sempre despido, sem sua perna mecânica, Manoel resistia. Quando em pé, caía... Em uma das sessões de tormentos físicos ele teve o osso maxilar fraturado, no lado direito. Em outra oportunidade, foi colocado em um carro e levado a uma piscina, para as sessões de “caldo”. Era amarrado com os braços atados às pernas, jogaram-no algumas vezes na água onde quase morria afogado”.

“Nessa mesma ocasião, foi abraçado a um poste, com as mãos algemadas e sem a perna mecânica. Ali o espancaram por horas, a mão livre, palmatória, cassetete de borracha e golpes de caratê. Por fim, naquele dia foi hospitalizado, onde lhe ministraram um banho de gelo a fim de que o sangue coagulado no corpo se espargisse”.

“Depois de pequenina melhora e isenção do risco de morte, foi retirado do hospital, sem alta médica, e levado para o quartel, onde as torturas continuaram com igual brutalidade. Dessa vez ele foi acorrentado a uma grade de ferro, na qual lhe prendiam seu órgão genital. Seu pênis foi constricto com uma corda, a ponto de lhe impossibilitar urinar. Episódio interminável, com duração de dias, sem alimentação, sem água. Só foi retirado da grade, farto de dor, comatoso, quando não mais se movimentava”.

“Era por vezes assim. Após ligeira melhora, era iniciado o ciclo do mesmo horror, amarrado no mesmo lugar, espancado, o tempo não mais se dividia em horas, minutos nem segundos. Eram linhas de uma história inesquecível. Manoel Conceição era personificação da dor”.

“E assim continuaram as torturas durante os sete meses em que o davam por desaparecido, embora estivesse no Rio de Janeiro, sob custódia do Estado brasileiro”.

“Sem noção de data, ele sabe que foi entregue ao Centro Nacional de Informações da Marinha, o conhecido Cenimar, no Rio de Janeiro, onde as torturas, por incrível que possa parecer, recrudesceram. Era amarrado pelos testículos. Foi conduzido puxado pelas cordas atadas aos órgãos genitais. Na cela, conhecida como “caixa”, permaneceu durante dias, com a companhia constante de uma buzina em altíssimo volume”.

Vileza humana

Choques elétricos eram ministrados e os eletrodos conectados ao pênis, aos testículos, nariz e ouvidos. As mãos eram prensadas numa mesa por barras de ferro até que as unhas se descolassem. Ali, foi “crucificado”. Consistia essa violência em amarrar os braços ao teto, dispor os órgãos genitais sobre uma mesa de apoio. Valiam-se, na ocasião, de uma sovela, equipamento de costura em couro, definido por Aurélio como “Instrumento de ferro ou de aço, em forma de haste cortante e pontuda, que os sapateiros e correeiros usam para furar o couro a fim de coser”

Não chegaram a costurar-lhe a pele. Apenas a perfuravam, sem linha, como se estivessem cozendo o tecido cutâneo da bolsa escrotal. Por fim, diz o advogado Luiz Carlos Moro, a sessão terminou com o ápice da vileza humana: Manoel Conceição teve o seu pênis perpassado por um prego, pouco antes da glande, e assim pregado à mesa convertida em instrumento de tortura.

Tal tortura, a par de definitiva – como todas – resulta num acréscimo ao corpo. O trabalhador já convivía com a supressão da perna. Agora passou a conviver com o acréscimo de uma tenebrosa cicatriz no pênis, marca de sua impotência.

Após meses de tortura, incomunicável e desaparecido, o agricultor teve os cabelos e barbas cortadas, foi levado para Fortaleza e deixado numa cela do quartel do Exército 5º BIS, durante 15 dias, até ser apresentado à Auditoria Militar, em setembro de 1972.

Manoel Conceição só saiu vivo da “ante-sala do inferno” graças à campanha feita no Brasil e no exterior pelos seus companheiros da AP – entre os quais o atual governador de São Paulo, José Serra, militante da organização e na época exilado no Chile – que denunciaram sua prisão. Por conta disso, a Anistia Internacional mobilizou autoridades por todo o planeta, incluindo as igrejas católicas e evangélicas da Inglaterra, Suíça, Itália, França, Alemanha e dos Estados Unidos, que protestaram contra a prisão e desaparecimento do agricultor, enviando cartas ao ditador presidente, general Emílio Garrastazu Médici.

Em maio de 1975, Conceição foi julgado na Auditoria Militar, em Fortaleza, e condenado a três anos de cadeia. Teve também os direitos políticos cassados por 10 anos. Pura praxe, pois nunca votara, por não ter título de eleitor. Não era, assim, nenhuma ameaça político-eleitoral.

Após mais de três anos preso, foi libertado, absolvido por unanimidade pelo Superior Tribunal Militar, em 1976. O absolvido, porém, já havia sofrido a mais brutal de todas as condenações. Foi condenado à pena perpétua de conviver consigo mesmo e seu próprio corpo mutilado.

Doente, ameaçado de morte e necessitando de tratamento médico Manoel Conceição foi acolhido pelo arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na ocasião a dirigente da APMIL, Doralina Rodrigues Carvalho, companheira de Jair Ferreira de Sá, também clandestina, perseguida pela polícia da ditadura, e correndo risco de vida caso fosse presa, foi até Fortaleza, no Ceará, encontrar Manoel Conceição e acertar com o arcebispo Aloísio Lorscheider a viagem do camponês para São Paulo.

Para isso Jair e Doralina fizeram contato também com o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o reverendo Jaime Wright para que ajudasse o camponês na capital paulista.

As condições de segurança eram tão precárias em Fortaleza que Manoel e Doralina tiveram de conversar em cima de uma árvore numa propriedade rural no interior do Maranhão, porque ele estava sendo vigiado pela polícia e havia o risco de Doralina ser identificada. Ainda assim, e apesar do risco de prisão, conversaram durante dois dias, quando estabeleceram os detalhes da sua viagem para São Paulo.

Vigiado pela política ele teve de viajar para a capital paulista na boléia de um caminhão de carga, cuja motorista não sabia a sua identidade verdadeira e pensava que ele era um padre.

Em São Paulo Manoel foi recebido por Dom Paulo Evaristo Arns e o reverendo Jaime Wrigth (irmão de Paulo Stuart Wright, dirigente da AP preso entre 4 e 5 de setembro de 1973 por agentes do Doi-Codi em São Paulo, e assassinado), que providenciaram sua internação no Hospital Santana Catarina para fazer tratamento médico, conforme tinham acertado com Jair Ferreira de Sá e Doralina Rodrigues Carvalho. Ele ficou um mês no Hospital Santa Catarina, onde fez o tratamento para as seqüelas da tortura que ficaram no seu corpo. Devido à tortura, o agricultor urinava através de sonda e ficou impotente por anos.

Depois que saiu hospital ele ficou hospedado na residência de Mário Carvalho de Jesus, advogado da Frente Nacional do Trabalho. Apesar de a casa estar sendo vigiada pela polícia, Jair e Doralina conseguiram retirar Manoel Conceição do local com ajuda do operário da AP Pedro Pereira do Nascimento e o levaram até um apartamento na zona leste da cidade, onde conversaram durante dois dias para acertar os detalhes da ida do camponês para o exterior. Não havia mais condições de segurança para ele permanecer no Brasil, pois estava ameaçado de morte pela polícia do regime militar.

Mas a liberdade durou pouco. Alguns dias depois dessa conversa, na manhã de 28 de outubro de 1975, ele foi preso na residência do padre Domingos Barbé, em Osasco (SP) e levado para as dependências do DEOPS paulista, onde foi mais uma vez torturado durante os 48 dias que permaneceu encarcerado. Além do espancamento e choques elétricos, Conceição era ameaçado por policiais do DOI-CODI, que avisavam: “Sua

prisão não tem nada a ver com a Justiça, que foi incapaz de julgá-lo. O problema é nosso”.

As torturas no DEOPS eram aplicadas por determinação e na presença do delegado Sérgio Paranhos Fleury. No entanto, à vista do pênis de Manoel Conceição, o delegado determinou aos seus subordinados:

- Parem. Esse homem não falará nada! Se agüentou isso e nunca entregou ninguém, não vai falar nada.

Mas torturas só foram interrompidas quando Manoel Conceição recebeu a visita do advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho. Na ocasião, o próprio papa Dom Paulo VI, temendo pelas torturas que Conceição estava sendo submetido, enviou um telegrama ao presidente ditador, general Ernesto Geisel, pedindo por sua vida e exigindo libertação.

Em 11 de dezembro de 1975, Manoel foi finalmente solto e ficou sob a proteção da Anistia Internacional, que providenciou seu exílio em Genebra, na Suíça, para onde partiu em março de 1976. Antes concedeu uma entrevista coletiva para agências internacionais de notícia, BBC de Londres, os jornais The Observer, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde e revista Veja, quando contou a história da brutalidade sofrida nas prisões. Com a censura abrandada, as reportagens foram publicadas.

Durante três anos e sete meses ele foi refugiado político na Suíça, onde com a ajuda de Ana Galano, militante da AP, lançou o livro “Essa terra é nossa”, traduzido para o francês, no qual relata sua trajetória na luta pela reforma agrária, pelo socialismo e na resistência a ditadura no Brasil.

Depois da anistia, em 1979, Conceição voltou ao País e ao lado de Jair Ferreira de Sá participou da rearticulação dos militantes da Ação Popular Marxista Leninista que não se incorporaram ao PCdoB. Mas por falta de referências ideológicas, políticas, teóricas e práticas mais consistentes a AP terminou sendo surpreendida pela nova conjuntura no Brasil, com a extinção da Arena e do MDB pela ditadura e a reorganização dos partidos que podiam atuar institucionalmente, segundo o regime militar.

Conseqüentemente houve divergências internas sobre qual articulação partidária a AP deveria priorizar. Num primeiro momento a organização defendeu a articulação de um partido popular que não foi adiante e terminou se dividindo entre os que pretendiam o apoio e entrada no PMDB, e os que apregoavam a entrada no Partido dos Trabalhadores (PT) que estava sendo fundado por Lula e os sindicalistas do ABC paulista.

Uma parte importante dos militantes abandonou a organização e entrou no PT, mas outros, a exemplo de Jair Ferreira de Sá, Jorge Almeida e os militantes da Bahia, além do próprio Manoel Conceição, entraram no PT, mas decidiram manter a AP organizada. Mas depois a organização parou de se reunir e acabou em 1980.

Enquanto isso, com a ajuda de Jair Ferreira de Sá e outros militantes da AP Manoel Conceição criou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), em Recife (PE) e em Imperatriz (MA), onde vive até hoje lutando pelo socialismo e pela reforma agrária, que passa, segundo ele, pela organização de agroindústrias e cooperativas agro extrativistas, que pontilham o mapa do Maranhão.

Quando completou 70 ou 140 anos em 2005, Conceição foi homenageado por camaradas, amigos e familiares num evento que aconteceu no Centro de Formação do

Centru, no município de João Lisboa, e com a presença de lideranças do campo do Maranhão, companheiros de várias entidades e movimentos sociais. E também de Plínio de Arruda Sampaio, que era candidato a presidente nacional do PT numa chapa que Manoel participava.

Na homenagem para Manoel Conceição foram lidas mensagens enviadas por companheiros e amigos de outros estados que não puderam estar presentes. Uma delas, a do ex-dirigente da Ação Popular, Duarte Pacheco Pereira, que nunca foi para o PCdoB, resgata o exemplo de vida de Manoel Conceição:

“Homem simples, mas sábio; impelido à luta desde cedo pelas condições duras e injustas de sua vida de camponês; submetido a cruéis provações, das quais carrega as marcas no corpo, para não ceder em seus compromissos de classe: você pode recordar estas sete décadas com orgulho e com a consciência serena de que prestou uma grande contribuição à luta pela reforma agrária, à defesa da soberania de nosso país, aos combates pelas liberdades democráticas, e à educação e organização de seus companheiros de infortúnios, mas também de pelezas, vitórias e alegrias, como as de hoje”.

Na mensagem, Duarte Pereira atualiza a luta de Manoel Conceição:

“Num momento em que tantos dirigentes e militantes populares fraquejam, arquivando os discursos antigos, confundindo-se com as políticas e os métodos dos adversários de classe, e substituindo o compromisso com a libertação coletiva pela preocupação com a ascensão pessoal, você permanece, com seus familiares, sobrevivendo em condições modestas e mantendo hasteadas as rubras bandeiras que nos congregaram ainda jovens. Você é, por isso, Conceição, como me habituei a chamá-lo, um daqueles lutadores do povo que são imprescindíveis, porque combatem uma existência inteira!”

Na sua mensagem, Duarte Pereira destaca o que aprendeu com Manoel Conceição e outros companheiros de origem operária e camponesa:

“Para mim, pessoalmente, foi um privilégio ter partilhado com você um trecho decisivo de nossa viagem comum. Com você e com outros companheiros e companheiras de origem operária e camponesa, aprendi a conhecer melhor os trabalhadores simples, a identificar suas limitações, mas também suas qualidades, a valorizar seu saber intuitivo e vivido, e a alimentar meu espírito rebelde com os exemplos de sua combatividade, valentia e desprendimento. Vocês me ajudaram a fortalecer meu compromisso de classe com os que vivem do próprio trabalho, manual ou intelectual, e a consolidar minhas novas convicções teóricas e políticas. Por isso, apesar dos erros que cometemos, das derrotas que sofremos e das reviravoltas que presenciamos, não abandonamos, nem abandonaremos as trincheiras que permanecem a nosso alcance! Que seus 70 anos bem vividos e bem lutados inspirem outros jovens, a começar por sua filha Mariana, a quem tive a felicidade de conhecer, a prosseguirem seu combate perseverante e abnegado pela reforma e democratização da propriedade da terra, contra as guerras e a espoliação das grandes potências imperialistas, por uma democracia avançada e participativa e, sobretudo, por uma sociedade socialista renovada, erguida à base do trabalho conjunto, da propriedade coletiva, da prosperidade compartilhada e dos valores éticos da solidariedade militante!”

A mensagem de Duarte Pereira e de outros companheiros demonstraram o carinho e o respeito para com Manoel Conceição, um velho lutador do povo imprescindível. Ainda assim o camponês sabe que a sua importante trajetória não é maior do que a história e só tornou-se um símbolo da luta pelo socialismo por conta da militância na Ação Popular,

organização que aglutinou uns 25 mil militantes e simpatizantes em toda a sua existência e que foi decisiva para a formação teórica e política de Manoel Conceição.

Por isso, o sertanejo faz questão de não esquecer os combatentes que caíram na luta contra a ditadura e continua denunciando os assassinatos de todos os presos políticos durante o regime militar e, em particular, dos seus companheiros de Ação Popular: o engenheiro baiano Jorge Leal Gonçalves, preso e assassinado no Rio de Janeiro, em 1970, pelo DOI-CODI e até hoje “desaparecido”; o operário Raimundo Eduardo da Silva, preso em São Paulo e assassinado no DOI-CODI, em 1970; o engenheiro agrônomo Luís Hirata, preso e assassinado pelo DOPS paulista, em 1971; o ex-deputado Paulo Stuart Wright, preso em São Paulo entre 4 e 5 de setembro de 1973 pelo DOI-CODI e assassinado, e até hoje “desaparecido”; o presidente da UNE, Honestino Guimarães e Humberto Câmara, presos no Rio de Janeiro, em outubro de 1973, assassinados e até hoje “desaparecidos”; os estudantes e militantes da AP José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, presos em outubro de 1973 em São Paulo e em Salvador, respectivamente, e depois assassinados em Recife; os estudantes Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, presos em 1974, no Rio de Janeiro, assassinados e até hoje “desaparecidos”.

Manoel Conceição faz questão de lembrar também dos trabalhadores rurais José Francisco da Silva e Joaquim Matias Neto, militantes da Ação Popular, presos e torturados pela ditadura em 1972, no Maranhão, e que morreram depois, no final da década de 1970, já fora da cadeia, de seqüelas da tortura.

E não se esquece dos assassinatos de dois companheiros seus na AP e que já estavam no PCdoB quando foram presos e mortos pela ditadura: o engenheiro Rui Frazão, preso e assassinado em 1974, em Pernambuco, e até hoje desaparecido, e João Batista Drummond, preso em 1976 em São Paulo e assassinado.

Manoel Conceição continua exigindo a apuração das prisões, assassinatos e “desaparecimentos” dos seus companheiros da Ação Popular e de todos os outros presos políticos mortos nos cárceres da ditadura. E exigindo punição para os torturados, demonstrando assim que nem as atrocidades a que foi submetido nas masmorras da ditadura conseguiram fazer com que desistisse da empreitada.

E os facínoras da ditadura não tiveram limites e fizeram com ele o mesmo que fizeram com poeta Garcia Lorca na Espanha de Franco, o mesmo que fizeram com o filósofo Politzer na França ocupada, o mesmo que fizeram com o dirigente revolucionário Dimitrov na Alemanha nazista. Mas assim como Lorca, Politzer e Dimitrov, o camponês da prótese mecânica berrou atrás das muralhas “minha perna é minha classe”, enfrentou as torturas com fibra revolucionária e não se dobrou ao tacão da brutalidade fascista.